



Discursivas para Analista Judiciário (com correção)

Prof. Marcos Neiva

Sumário

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO DO CURSO	3
APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR	4
METODOLOGIA DE TRABALHO	5
CRONOGRAMA DO CURSO E CONCEITOS INICIAIS	5
CLAREZA/PRECISÃO	6
OBJETIVIDADE	8
COESÃO TEXTUAL	9
QUESTÕES COMENTADAS	11
RESOLVENDO UMA DISCURSIVA	14

Apresentação do Curso

Olá, querido candidato(a)! Bem vindo(a) ao curso de discursivas para **Analista Judiciário (AJAA, AJAJ e Oficial de Justiça)**! **Fico muito honrado em contribuir para sua aprovação em um concurso público e futura posse no cargo dos seus sonhos! Este vai ser um curso com abordagem ampla e, ao mesmo tempo, aprofundada** para concursos, de maneira tal que você tenha bagagem suficiente para fazer provas discursivas de qualquer banca examinadora, nas principais modalidades textuais (dissertação simples e peças técnicas).

Além disso, **vamos abordar técnicas de escrita**, isto é, mecanismos de composição textual que auxiliam significativamente o candidato na hora de escrever um texto.

Ademais, **vamos praticar a correção de provas (jogo dos sete erros), simulando você como examinador**, identificando erros e corrigindo redações.

Finalmente, vai haver a oportunidade de você elaborar até três provas discursivas (com correção), com acompanhamento e *feedback* individualizado para sua preparação rumo ao cargo público!

Observe que, a depender de seu resultado, esta matéria poderá ser sua salvação ou sua decepção, acredite!

Eu mesmo tive uma experiência com discursivas que mudou minha vida. Foi durante o concurso para o TCU no qual fui aprovado.

Na ocasião, **minha colocação após a correção das provas objetivas era 126ª**. No resultado final, **pós-discursivas, fiquei classificado em 37ª**, colocação na qual fui nomeado em primeira chamada. Percebeu a relevância?

Note que **nosso foco principal será a forma** da sua peça discursiva, até porque o conteúdo, o qual constará do tema, é algo que você já está aprendendo durante seus estudos voltados para o concurso de **Analista Judiciário**. Logo, vamos fazer do modo que considero mais eficiente, pois **aprenderemos como aplicar esse conhecimento na prática, de forma simples e objetiva**, do jeito que o examinador gosta!

Então, vamos juntos rumo à SUA APROVAÇÃO também?!

Apresentação pessoal

Caso ainda não me conheça, vou me apresentar. Eu sou o **Marcos Neiva, Auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) e professor de Discursivas aqui no Direção Concursos**. Sou graduado em publicidade e especialista em controladoria governamental. **Também atuo, desde 2016, como coach de concursos**, atividade que me proporcionou acompanhar o sucesso de diversos candidatos aprovados nos cargos de seus sonhos.

Leciono também a disciplina de atualidades no **EmÁudio Concursos**, onde, juntamente com verdadeiros gurus do mundo dos concursos, a exemplo do Mestre Érick Alves, busco proporcionar uma forma diferente de preparação, **complementar aos PDFs e às vídeo aulas**.

Por fim, gostaria que você também conhecesse o **Concurcast**, maior *podcast* do Brasil sobre concursos públicos, que tenho o privilégio de comandar. Lá, de forma descontraída, falamos sobre os mais variados temas relacionados ao mundo dos concursos, **apresentando dicas, técnicas e muito das nossas experiências como candidatos, professores e coaches de concursos**. Tem para IOS e para Android e é 100% gratuito!

Para me conhecer melhor, me siga nas redes sociais:



profmarcosneiva



marcosneivacoach



coachmarcosneiva

Metodologia de Trabalho

Vamos empregar durante o curso a seguinte metodologia de trabalho:

- a) conceito teórico;
- b) exemplos ilustrativos comentados;
- c) questões comentadas de concurso que porventura abordem os conceitos teóricos;
- d) prática textual direcionada;
- e) simulação;
- f) elaboração de provas discursivas (com correção).

O **conceito teórico** é importante para embasar a prática textual. Ao mesmo tempo, a teoria serve para tornar consciente essa prática, mostrando que cada um de nós, como falantes nativos de língua portuguesa, possui uma **gramática intuitiva**, ou seja, uma capacidade inata de **entender e processar textos**, adquirindo e reproduzindo conhecimento, com base naquilo que se chama de **cognição**.

Os exemplos ilustrativos servem para **consolidar** o aprendizado teórico, porque os **conceitos**, justamente por serem conceitos, se encontram no **campo da abstração**, algo que Platão, filósofo da Antiguidade Grega, identificaria como **"mundo das ideias"**. Já os **exemplos ilustrativos** se encontram no **campo da concretude**, ou melhor, no **"mundo material"**. O comentário vai servir exatamente para explicar o conceito teórico aplicado à prática.

Embora este seja um curso de matéria discursiva, **questões de concurso que abordem o conteúdo de algum modo serão utilizadas** para reforçar os conceitos estudados, bem como para **mostrar como as bancas examinadoras empregam esses conceitos** em suas provas objetivas.

A **prática textual direcionada vai ser aplicada durante todo o curso**, ocasião em que você vai ver o caminho inverso da produção textual: da prática para o conceito. Vamos elaborar o texto dissertativo ou a peça técnica e, em seguida, vamos extrair desse texto os conceitos estudados durante o curso, para você se sentir mais próximo da realidade do mundo dos concursos públicos, até porque **as redações apresentadas a você, nesse esquema, vão ter sido elaboradas pelo lado de cá da tela**. É a segunda forma mais eficaz de consolidar o aprendizado de qualquer conhecimento teórico.

Ter suas discursivas corrigidas, por seu turno, é a forma mais eficaz de verificar o aprendizado da matéria, porque é o momento em que você deve escrever a redação, explorando os conceitos estudados no curso, ao passo que ao professor ("euzinho") caberá a correção da peça e o feedback individualizado ao aluno.

E ainda vamos ter aquele momento em que você vai ser o "examinador", identificando possíveis erros em trechos de provas discursivas, escritas propositalmente com alguns erros (relacionados ao conteúdo estudado) para você identificar e corrigir. Com isso, você vai perceber como é trabalhoso corrigir provas discursivas. É, não é mole não! **A parte boa dessa simulação é fazer você superar – ou pelo menos diminuir – aquilo que se chama de leitura viciada**, quando, mesmo lendo e relendo várias vezes o próprio texto, você acaba não vendo alguns erros na hora de passar a redação a limpo para a folha definitiva **(a mente vê o que quer; por isso, esses erros costumam passar)**. Mas, por óbvio, essa será a última aula do curso.

Enfim, nosso curso conterà tudo o que for necessário à sua aprovação no concurso de Analista Judiciário, da maneira mais eficiente possível!

Cronograma do Curso

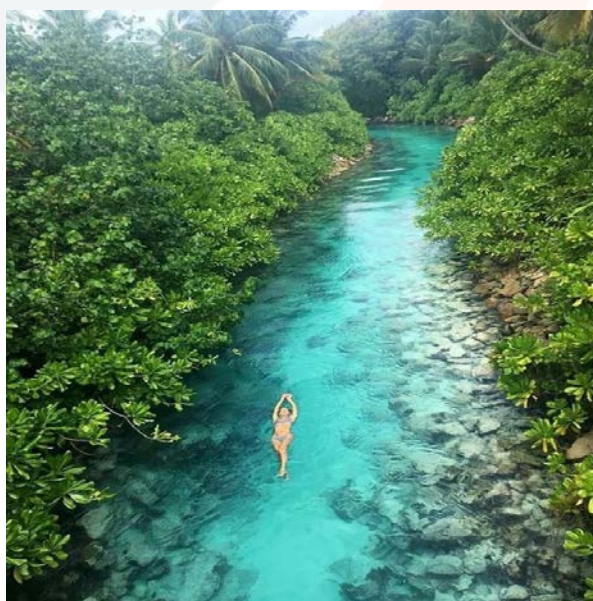
AULA	DATA
Aula 00: conceitos iniciais (clareza/precisão, objetividade e coesão textual)	18/02/2019
Aula 01: ampliando e aprofundando os conceitos (coesão, coerência, erros comuns e vícios de linguagem)	04/03/2019
Aula 02: técnicas de escrita (alargamento e estreitamento textual; refinamento lexical; progressão textual; tópico frasal e composição textual; mensagem subliminar e definitivização)	18/03/2019
Aula 03: tipologia textual (dissertação argumentativa e peças técnicas)	01/04/2019

Conceitos Iniciais

Bem, chega de apresentações. A partir de agora, vamos começar a abordar os principais conceitos relacionados à elaboração textual. **É importante você ter em mente que os conceitos são apresentados de forma individualizada apenas por questões didáticas**, sabendo-se, todavia, que, na elaboração de texto, eles se integram, ou seja, tudo está interligado na hora de escrever.

Clareza/Precisão

Clareza e precisão, aplicados à prova discursiva, **são conceitos intimamente relacionados**. De modo geral, contudo, costuma-se falar em **clareza textual, que significa a fluidez ou limpidez da mensagem transmitida** do remetente (= redator/você) ao destinatário (= examinador/banca), sem ruídos que possam interferir na sua compreensão. Por isso mesmo, **não é raro associar a clareza com a fluidez da água**.



O novo *Manual de Redação da Presidência da República* (3ª ed. Brasília, 2018) trata *clareza* e *precisão* como atributos complementares do texto oficial. Note, portanto, que, de fato, são dois conceitos muito relacionados.

Enquanto a clareza preza pela compreensão plena e imediata da mensagem pelo leitor/examinador, a precisão complementa a clareza pela escolha das palavras mais adequadas à ocasião textual. Noutras palavras, **a precisão significa dizer de forma exata e clara o que pensa.**

Em termos práticos, **a noção de clareza é bastante intuitiva. E, justamente por isso, só percebemos a clareza quando estamos diante de uma situação de obscuridade textual (ou seja, de falta de clareza!),** momento em que ouvimos ou lemos algo que nos causa estranheza, franzimos a testa e falamos: *Hã?*

Uma brincadeira infantil interessante – que serve para evidenciar a (falta de) clareza – é o telefone sem fio. Para quem não conhece, essa brincadeira consiste em sentar-se a uma roda de pessoas que cochicham de uma para outra uma determinada frase, até que a última pessoa da roda deve dizer em voz alta a frase ouvida, que quase nunca coincide com a frase original, considerando que cada um compreende a frase de uma maneira distinta da outra, impondo seus próprios filtros de interpretação dessa mensagem. Assim, de ouvido para ouvido a frase costuma sofrer alterações, porque, durante cada cochicho, a frase pode não ser compreendida de maneira plena e imediata pelo outro. Afinal, a pessoa tem que cochichar (= falar baixinho ao ouvido) para a outra, o que interfere na clareza da mensagem, entende?

Também é possível identificar a (falta de) clareza pela ambiguidade, que vamos abordar mais à frente no curso. De qualquer forma, vamos ver um exemplo para consolidar o aprendizado teórico.

E na prática?

EXEMPLO 01: (...). *Porém, quando a viatura retornou ao local indicado pelo denunciante (anônimo), os policiais foram informados de que o suspeito já havia saído da loja de sapatos (...).*

COMENTÁRIO: Há duas interpretações possíveis para esse segmento textual, o que mostra que a mensagem não cumpriu pelo menos um dos atributos da clareza: ou a compreensão da mensagem não foi imediata ou a compreensão da mensagem não foi plena. Vejamos:

INTERPRETAÇÃO 01: o suspeito já havia saído da [loja de sapatos] = loja especializada na venda de sapatos.

INTERPRETAÇÃO 02: o suspeito já havia saído da [loja][de sapatos] = o suspeito estava de sapatos quando saiu da loja (não necessariamente era uma loja de sapatos).

Para restaurar a clareza – e eliminar a ambiguidade – vamos reescrever o segmento de duas maneiras distintas, já que não sabemos ao certo a intenção do redator na hora em que escreveu o relatório policial:

REESCRITA 01: (...). *Porém, quando a viatura retornou ao local indicado pelo denunciante (anônimo), os policiais foram informados de que o suspeito já havia saído da loja Tal, especializada na venda de sapatos (...).* [Interpretação 01].

REESCRITA 02: (...). *Porém, quando a viatura retornou ao local indicado pelo denunciante (anônimo), os policiais foram informados de que o suspeito, de sapatos nos pés, já havia saído da loja.* [Interpretação 02].

Vamos começar a montar uma **“lista de compras”** (= lista com os conceitos abordados durante o curso), que você deve considerar no seu **“carrinho”** (= bagagem de conhecimentos) para a prova. À medida que os conceitos forem sendo repassados, eles vão ser acrescidos à lista:

<u>ITEM</u>	<u>CONCEITO</u>
Clareza	Compreensão plena e imediata da mensagem
Precisão	Dizer de forma exata e clara o que pensa

Objetividade

De acordo com o novo *Manual de Redação da Presidência da República* (3ª ed. Brasília, 2018), 'ser objetivo' significa **ir diretamente ao assunto** que se deseja abordar, sem voltas e sem redundâncias.

Ao longo do curso **vamos trabalhar a objetividade como prioridade na prática textual**. Dessa maneira, em muitos casos, a contextualização temática vai ser desnecessária, principalmente na elaboração de textos dissertativos. Na verdade, **a própria banca examinadora vai estipular os contornos/limites da sua redação**. E você, pensando na sua aprovação para o cargo público almejado, vai respeitar esses limites, certo?

A falta de objetividade, ao lado da falta de coerência, é um dos quesitos que mais exclui candidatos em concursos públicos (e em vestibulares), porque tende a causar fuga ao tema. Fuga ao tema numa redação para concurso público é praticamente a mesma coisa que zerar a redação. Simples assim! Então, você já percebeu nossa preocupação com a objetividade textual, não é mesmo?

Nas provas discursivas atuais as bancas examinadoras têm estabelecido os contornos da redação que você deve escrever. Então, a dica é: atenha-se ao limite dos contornos estabelecidos pela banca examinadora na prova discursiva. Escreva o texto com base nesse limite.

E na prática?

EXEMPLO 02: *Vimos por meio deste para restituir o Convênio nº 002/2018/XXX devidamente assinado pelo Presidente deste Órgão, bem como gostaríamos de solicitar antecipação na liberação dos recursos previstos no instrumento, a fim de que possamos iniciar as obras correspondentes à primeira etapa do cronograma físico, considerando a mudança de gestão no Governo do Estado a partir de 2019, decorrente das últimas eleições, o que pode gerar descontinuidade na execução da parceria entre (...).*

COMENTÁRIO: Ô canseira ler esse ofício, viu? E foi só o primeiro parágrafo! Se você também sentiu incômodo na leitura desse fragmento é porque o texto não foi objetivo, ou seja, o texto ficou dando voltas e voltas, sem ir diretamente ao que interessava: pedir antecipação na liberação de recursos financeiros de um convênio firmado entre dois órgãos públicos. De outra forma, é possível dizer que o ofício ficou só "arrodando na conversa"!

REESCRITA: *Restituímos o Convênio nº 002/2018/XXX, bem como solicitamos antecipação na liberação dos recursos previstos no instrumento, correspondentes à primeira etapa do cronograma físico, considerando a mudança de gestão no Governo deste Estado, a partir de 2019 (...).*

No fim das contas, a mensagem do primeiro parágrafo do ofício se resumia à liberação da grana em favor do órgão participante do convênio, devido à mudança de gestão no governo do Estado. Perceba, portanto, que três linhas de texto eram suficientes para isso, enquanto que, no parágrafo original, cinco linhas não foram o bastante para a referida solicitação.

O maior cuidado que se deve ter no emprego da objetividade numa prova discursiva se dá diante da contextualização. O contexto, sem dúvida, é um quesito importante a ser considerado na redação. Assim,

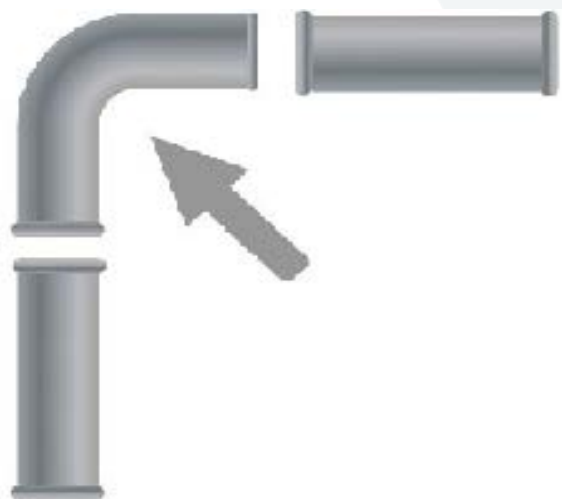
normalmente, a banca examinadora vai falar em contextualização, contornos ou circunstâncias de determinado assunto como forma de delimitar o tema da redação, já que, como foi falado antes, hoje em dia as bancas examinadoras costumam fornecer a contextualização do tema sobre o qual você vai falar, de modo que você, **naquilo que lhe cabe, deve ir diretamente ao assunto que deve abordar, sem voltas e sem redundâncias.**

Agora vamos acrescentar mais um item à “lista de compras”:

ITEM	CONCEITO
Clareza	Compreensão plena e imediata da mensagem
Precisão	Dizer de forma exata e clara o que pensa
Objetividade	Abordar diretamente o tema proposto, atendo-se aos limites estabelecidos no comando da questão

Coesão Textual

Coesão e coerência são conceitos fundamentais para estruturação de textos dissertativos e técnicos. Trata-se de termos oriundos da linguística e, embora sejam distintos, estão mutuamente relacionados.



Em termos práticos, **a coesão é um elemento articulatório** (em especial, são conjunções e pronomes), que faz conexões textuais – ligando uns elementos gramaticais a outros dentro do texto. Diz-se que a coesão **é um elemento visível/concreto do texto.**

Imagine, por exemplo, dois tubos de PVC conectados entre si por um joelho (também de PVC), formando um “L”. O joelho de PVC é a coesão dessa tubulação!

Na prova discursiva, **a coesão também é responsável pela organização e progressão textual.** Noutras palavras, o texto se desdobra em sucessivas frases e parágrafos graças à

coesão. Mas, em resumo, **quando se falar em coesão, pense em “amarração” do texto.**

E na prática?

Em apenas um ano, o Brasil passou a ter quase 2 milhões de pessoas a mais vivendo em situação de pobreza. A pobreza extrema também cresceu em patamar semelhante. É o que mostra a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada nesta quarta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a pesquisa, em 2016 havia no país 52,8 milhões de pessoas em situação de pobreza no país. **Este contingente** aumentou para 54,8 milhões em 2017, um crescimento de quase 4%, e representa 26,5% da população total do país, estimada em 207 milhões **naquele ano** (em 2016, eram 25,7%)

link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/em-1-ano-aumenta-em-quase-2-milhoes-numero-de-brasileiros-em-situacao-de-pobreza-diz-ibge.ghtml>

Foram destacados de propósito três segmentos do texto para comentários relacionados à coesão. Então, vejamos:

(1) De acordo com a pesquisa: a expressão *a pesquisa* está se referindo à *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)*, por retomada. Já a expressão adverbial *De acordo com* é uma conjunção adverbial com valor de conformidade. Em

termos de coesão textual, observe que o segmento em análise estabelece, ao mesmo tempo, um elo, um sequenciamento e uma retomada. O elo foi a união do primeiro parágrafo com o segundo parágrafo, ou seja, o segmento *De acordo com a pesquisa* conectou o primeiro e o segundo parágrafo (lembra o que falamos anteriormente sobre o joelho de PVC?). O sequenciamento ocorreu no desdobramento do próprio segundo parágrafo, após o emprego do referido segmento. Perceba que o texto progride/continua após a expressão adverbial, mas note que o sequenciamento não está solto dentro do texto. Está, ao contrário, devidamente articulado (Eis a amarração!). Já a retomada se dá na expressão *a pesquisa*, que retomou *a Síntese de Indicadores Sociais*. Isso tudo é a coesão na prática!

(2) Este contingente: trata-se de outro elemento de referência por retomada, já que se refere a *52,8 milhões de pessoas em situação de pobreza no país*. Ao longo do curso vamos aprofundar a coesão, falando dos seus principais tipos, a exemplo da coesão referencial e da lexical.

(3) naquele ano: outro elemento de referência por retomada, que se refere a *em 2017*. Fique atento a algo importante: *naquele ano* retoma *em 2017*, incluindo a preposição **em** mesmo! Ela faz parte da retomada também.

Um aspecto interessante da coesão (e da coerência) textual é que você a pratica inconscientemente ao elaborar um texto. Não é nada de outro mundo. Dessa forma, **o que vamos fazer neste curso preparatório é tornar esse processo consciente para você, de modo que você possa escolher o que for mais apropriado para a sua prova.** Nesse sentido, a proposta de metodologia que estamos lhe apresentando não é apenas aquela nos moldes tradicionais, que transmite conceitos e fixa o conteúdo com exercícios. Não tem como fazer isso para matéria discursiva. Vamos, sim, extrair o que você tem de conhecimento sobre a matéria e tornar isso consciente, porque com consciência você se sente mais preparado e seguro para a prova.

Outra característica importante da coesão – na verdade, é a característica mais marcante –, diz respeito à substituição, isto é, **evitar a repetição de elementos textuais**. Durante o curso vamos aprofundar esse atributo, que é o **carro-chefe da coesão**. Por enquanto, vamos ver e comentar alguns exemplos relativos ao assunto (extraídos do Manual de Redação da Presidência da República):

EXEMPLO 03: *O Deputado evitou a instalação da CPI da corrupção. Ele aguardou a decisão do Plenário.*

COMENTÁRIO: Nesse caso, observe que o pronome *Ele* substituiu a expressão *O Deputado*, **evitando a repetição de elementos textuais**, no caso, evitando a repetição de *O Deputado* dentro do período composto.

EXEMPLO 04: *O Presidente assinou o acordo. O Chefe do Poder Executivo Federal propôs reduzir as alíquotas.*

COMENTÁRIO: Nesse caso, a expressão *Chefe do Poder Executivo Federal* substituiu *O Presidente*, evitando a repetição de elementos textuais, no caso, evitando a repetição de *O Presidente*.

Novamente vamos acrescentar mais um item à “lista de compras”:

<u>ITEM</u>	<u>CONCEITO</u>
Clareza	Compreensão plena e imediata da mensagem
Precisão	Dizer de forma exata e clara o que pensa
Objetividade	Abordar diretamente o tema proposto, atendo-se aos limites estabelecidos no comando da questão
Coesão textual	Elo e progressão/sequenciamento; referência e substituição

Elo e progressão (ou sequenciamento) são atributos correlacionados dentro da coesão, assim como referência e substituição. O elo une palavras, frases ou parágrafos (o joelho de PVC, lembra?), contribuindo, conseqüentemente, para a progressão articulada do texto (*amarração*). Da mesma maneira, a substituição, evitando a repetição de elementos textuais, tem que fazer referência ao termo ou à expressão substituída – o referente, cuja repetição foi evitada!

Questões Comentadas de Concurso

Vamos resolver agora algumas questões de concurso público de bancas diversas para reforçar os conceitos estudados e para ver como elas abordam esse conteúdo nas suas provas objetivas.

1. (ESAF/Procurador do Banco Central/2001 - adaptada)

Leia o texto abaixo para responder à questão.

No Sistema de Pagamentos Brasileiro, a tecnologia se torna variável crítica e o executivo de negócios e planejamento precisa encarar este risco sob a mesma ótica que encara os riscos de crédito e mercado. Doravante um problema tecnológico pode interferir diretamente na questão da liquidez da instituição, mesmo que por poucos momentos. Trata-se de uma questão de continuidade de negócios.

*As **interrupções** no processamento da informação, ou a degradação nos sistemas de informação fazem parte da rotina nas estruturas de tecnologia de qualquer empresa, seja ela financeira ou não. **Esses são eventos programados** que visam atender a demandas ocasionais do negócio ou da tecnologia.*

O que deve preocupar os executivos de uma instituição financeira são as interrupções não programadas. Problemas que afetam diretamente a infraestrutura tecnológica. São falhas de hardware e/ou sistema operacional, conflitos de aplicações; sabotagem; desastres (incêndio, inundação etc.); falha humana; corrupção de dados; vírus etc. Estes acidentes causam maior impacto por serem de maior dificuldade de identificação e recuperação. O seu custo é proporcional ao valor da informação afetada e ao volume de negócios interrompidos pelo evento. Dependendo da situação, a recuperação da estrutura operacional pode levar algumas horas e, no caso do SPB, afetar não só a instituição como eventuais parceiros. É importante o planejamento e a implementação de uma solução de continuidade de negócios.

Os riscos não são desprezíveis. Um estudo feito pela Universidade do Texas com empresas que sofreram uma perda catastrófica de dados concluiu que 43% jamais voltaram a operar, 51% faliram em dois anos e apenas 6% sobreviveram. Entre as empresas vítimas do primeiro atentado a bomba no World Trade Center (New York), 50% das que não possuíam um plano de contingência faliram em menos de 2 anos.

(Adaptado de BANCO HOJE, março de 2001, p. 63)

Em relação ao texto, julgue as assertivas abaixo.

1. A expressão “Esses são eventos programados” retoma a ideia de interrupções.
2. À linha 19, em “Os riscos não são desprezíveis. (...)” a articulação semântica entre os dois períodos pode ser expressa pela conjunção “tanto que”.

Comentário

1. **Certa.** Trata-se de um elemento de coesão textual, empregado para fazer referência a um termo citado anteriormente no texto e também para **evitar a repetição de elementos textuais**. A rigor, o segmento “*Esses são eventos programados*” está retomando todo o trecho “*Essas interrupções no processamento da informação*”, mas, apesar disso, não houve prejuízo ao julgamento da assertiva, que está correta.

2. **Certa.** Relembre outra característica importante da coesão: realizar conexões textuais. Mais à frente vamos abordar um tipo de coesão, chamado de coesão sequencial, que trata especificamente desses elementos gramaticais, também conhecidos como articuladores. Reconsultando a “lista de compras”, você vai encontrar os termos *elo* e *progressão/sequenciamento*, isto é, no caso em análise, o elo se deu na proposta de junção do segmento inicial (= *Os riscos não são desprezíveis*) com o segmento subsequente (= *Um estudo feito pela Universidade do Texas com empresas que sofreram uma perda catastrófica de dados concluiu que 43% jamais voltaram a operar, 51% faliram em dois anos e apenas 6% sobreviveram*), conectados pela conjunção consecutiva **tanto que** (alguém falou em joelho de PVC?). Nesse caso, ressalte-se, o ponto final que originalmente separa as frases deve ser substituído por uma vírgula antes da conjunção, certo?

Já a progressão do texto decorre desse elo estabelecido pela conjunção, pois percebe-se que o texto continua após o emprego da referida conjunção. E continua **de forma articulada** (*amarração* do texto, né?), porque se propaga entre os períodos unidos pela conjunção uma relação de causa e consequência, já que esse é o valor semântico dessa conjunção.

2. (ESAF/Procurador do Banco Central/2001 - adaptada)

Leia o texto.

Nas duas últimas décadas, os Bancos Centrais do mundo todo têm desempenhado um papel importante no sistema de pagamento dos seus países em consequência da globalização, do crescimento das atividades financeiras e da rápida evolução tecnológica.

Por ser base da infraestrutura necessária para suportar as atividades econômicas do país e veículo crítico de penetração em outros mercados, o Banco Central do Brasil tem se empenhado em desenvolver um sistema nacional de pagamentos que possa, de uma maneira segura e eficiente, tratar as transferências de grandes volumes financeiros. Estamos no caminho certo e não podemos ficar isolados do resto do mundo.

(BANCO HOJE, março de 2001, p. 64)

Em relação ao texto, julgue a assertiva abaixo.

1. A articulação entre as ideias dos dois parágrafos pode se realizar inserindo-se no início do segundo parágrafo a expressão: *Em consonância com esta evidência e por...*

Comentário

1. **Certa.** “*Esta evidência*” está retomando este segmento do primeiro parágrafo: (...) *os Bancos Centrais do mundo todo têm desempenhado um papel importante no sistema de pagamento dos seus países* (...). Já a expressão adverbial “*Em consonância com*” é um articulador com valor semântico de conformidade, equivalendo a “*Em conformidade com*”.

Portanto, “*Em consonância com*” promove o elo textual, conectando o primeiro parágrafo com o segundo, além do que contribui para a progressão textual, já que o texto continua após seu emprego (e continua de maneira

articulada). “Esta evidência”, por seu turno, é um elemento de referência e substituição textual, já que retoma informações explicitadas no primeiro parágrafo e, ao mesmo tempo, evita a repetição de elementos textuais. Então, sim, como dito na assertiva, a articulação entre as ideias dos dois parágrafos pode se realizar com a inclusão da referida expressão no início do segundo parágrafo!

3. (FGV/Consultor Legislativo Especial/ALEMA/2013 - adaptada)

Cobrar responsabilidade

No início do mês, um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça, mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular. Identificado por câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz, o criminoso foi localizado pela polícia, mas – apesar de todos os registros que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato – não ficará um dia preso. Menor de idade, foi “apreendido” e levado a um centro de recolhimento. O máximo de punição a que está sujeito é submeter-se, por três anos, à aplicação de medidas “socioeducativas”.

Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país. Mas houve, nesse episódio de São Paulo, uma circunstância que o transformou em mais um exemplo emblemático do equivocado abrigo legal que o Estatuto da Criança e do Adolescente confere a criminosos que estão longe de poderem justificar suas ações com o argumento da imaturidade: ao disparar friamente contra o estudante paulista, a assaltante estava a três dias de completar 18 anos. Pela selvageria do assassinato, o caso remete à barbárie de que foi vítima, no Rio, o menino João Hélio, em 2007. Também nesse episódio, um dos bandidos que participaram do martírio do garoto estava a pouco tempo de atingir a maioridade.

Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei (...).

(O Globo, 22/04/2013)

Com relação ao terceiro parágrafo do texto, julgue a assertiva abaixo.

1. “Os dois casos” citados são explicitados a seguir, no mesmo parágrafo.

Comentário

1. **Errada.** “Os dois casos” é uma expressão que está retomando os dois assassinatos informados no texto. O primeiro foi o assalto seguido de morte relatado no primeiro parágrafo do texto; e o segundo, o assassinato de João Hélio, em 2007. Portanto, “Nos dois casos” faz referência por **retomada** a informações citadas anteriormente no texto, e não a informações que ainda seriam explicitadas a seguir no mesmo parágrafo, o que seria um caso de referência catafórica (vamos abordá-la nas próximas aulas do curso).

4. (Cetro/Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária/ANVISA/2013 - adaptada)

Leia o texto abaixo para julgar a assertiva como CERTA ou ERRADA.

Assim que o vapor Congo lançou âncoras, naquela manhã de 22 de agosto de 1888, um velho de olhar difuso e bastas barbas brancas pisou, titubeante, na pedra do porto do Rio de Janeiro – o mesmo porto sujo, infecto e obsoleto de onde ele havia zarpado rumo à Europa para tratar da diabetes, da anemia e de problemas cardíacos. Treze meses haviam se passado e D. Pedro II estava de volta porque era preciso cuidar da saúde da monarquia. Ambos, imperador

e império, exibiam uma imagem fragilizada e um corpo cansado. E os elixires e “remédios secretos”, anunciados pelos jornais ou em praças públicas, não pareciam capazes de recuperar o vigor dos áureos tempos em que ele fora chamado de “monarca-mecenas” e o Brasil desfrutara das benesses trazidas pelo café.

Em relação ao texto, julgue a assertiva abaixo.

1. No trecho: “(...) recuperar o vigor dos áureos tempos em que **ele** fora chamado de monarca-mecenas (...)”, o pronome destacado se refere tanto a Dom Pedro II quanto ao império, já que esses dois termos estão equiparados por meio da oração: “Ambos, imperador e império, exibiam uma imagem fragilizada”.

Comentário

1. **Errada.** O pronome pessoal “ele”, gramaticalmente falando, só se dirige a um único referente (3ª pessoa do singular). Por isso, só pode estar se referindo a uma única pessoa, que, no caso, é *imperador*. O *imperador* é que havia sido chamado de *monarca-mecenas*, não o *império*. Em termos de coesão, o emprego de *ele* representa mais um caso de referência (por retomada) e substituição, que retomou o termo *imperador* e evitou a repetição desse termo ao longo do parágrafo.

Resolvendo uma Discursiva

Agora, sim, para finalizar a aula (“Ahá! Não contavam com a minha astúcia!” **Achava que a aula ia acabar com as questões comentadas de concurso, né?**), vamos a uma prática textual direcionada, aproveitando para repisar os conceitos apresentados até aqui.

Tenha em mente que o texto elaborado a seguir foi redigido como uma de inúmeras possibilidades, no sentido de que o propósito maior em lhe mostrar é **consolidar os conceitos apresentados até este momento**.

Como dito no começo da aula, vamos trilhar o caminho inverso da produção textual: da prática para o conceito, ou seja, vamos extrair do texto produzido os conceitos levantados nesta aula para consolidação do aprendizado teórico.

#Partiu prova???

A prova selecionada para comentarmos é a prova discursiva do concurso para Policial Rodoviário Federal (2013), aplicada pelo CESPE. Na ocasião, foi definido como critério uma redação dissertativa, com até 30 linhas, valendo 20 pontos. Observe que há um texto base com tópicos a serem respondidos pelo candidato na forma de texto dissertativo. Logo, vai ser desse jeito que vamos treinar.

(Prova Discursiva/PRF-2013/CESPE)

(Link: http://www.cespe.unb.br/concursos/DPRF_13/)

Nas regiões brasileiras de fronteira, o crime de contrabando, tipificado no art. 334 do Código Penal, no capítulo referente aos crimes praticados por particular contra a administração geral, ao lado do tráfico de entorpecentes e drogas afins, é o que mais importuna a atividade dos poderes públicos, tanto de prevenção e fiscalização quanto de repressão ou apuração das responsabilidades penais. O Brasil tem uma peculiaridade em relação a esse crime, devido ao fato de possuir milhares de quilômetros de fronteira seca, muito difíceis de fiscalizar.

Enivaldo Pinto Pólvora. Internet: <www.ambito-juridico.com.br> (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que atenda, necessariamente, ao que se pede a seguir:

- defina o crime de contrabando e indique, em linhas gerais, as circunstâncias que integram esse tipo penal; [valor: 4,00 pontos]
- comente acerca das principais mercadorias e cargas contrabandeadas no território brasileiro; [valor: 3,00 pontos]
- explique a respeito dos problemas decorrentes do contrabando de mercadorias e cargas para a economia nacional e para a saúde pública; [valor: 6,00 pontos]
- sugira medidas e ações efetivas das forças públicas para o combate ao contrabando de mercadorias e cargas no país. [valor: 6,00 pontos]

Bem, vamos considerar que dificilmente alguém vai decorar artigos e incisos de uma lei, então vamos citar a lei de forma genérica no texto, sem indicar os dispositivos, colocando ao lado a referência, para você comparar os resultados:

TEXTO DISSERTATIVO (1º TÓPICO DA QUESTÃO)	REFERÊNCIA
De acordo com o Código Penal (CP), crime de contrabando é aquele em que se exporta ou importa mercadoria proibida, quando, por exemplo, transporta-se clandestinamente mercadoria que precise de registro perante o órgão competente, ou ainda quem vende, mantém em depósito, recebe ou oculta mercadoria proibida pela lei brasileira, sujeitando o infrator à pena de reclusão de dois a cinco anos.	Contrabando Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. §1º Incorre na mesma pena quem: I - pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando; II - importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente; III - reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação; IV - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira; V - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira. §2º - Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. §3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

Agora vamos ao caminho inverso da prática textual: vamos colocar a “lista de compras” e, ao lado, trechos ou comentários do parágrafo escrito sobre o primeiro tópico para consolidação do aprendizado teórico. É sempre importante lembrar que os conceitos foram expostos de maneira individualizada apenas para fins didáticos, certo? Afinal, como foi falado antes, na elaboração textual eles estão interligados! Ou seja, “tudo junto e misturado!”.

ITEM	COMENTÁRIO
Clareza	COMENTÁRIO 01: O <i>crime de contrabando</i> como sendo <i>aquele em que se exporta ou importa mercadoria proibida</i> parece claro ao leitor/examinador? Ou você acha que o examinador teria dificuldade em captar essa conceituação? Em suma, o conceito de <i>crime de contrabando</i> flui facilmente na cabeça de quem ler essa definição? Compare com a definição de <i>crime de contrabando</i> do art. 334-A do Código Penal. COMENTÁRIO 02: Transportar clandestinamente mercadoria pendente de registro no órgão competente, vender, manter em depósito, receber ou ocultar mercadoria proibida pela lei brasileira evidenciam, em linhas gerais e com nitidez, circunstâncias relacionadas ao crime de contrabando? Compare com os dispositivos da lei.
Precisão	COMANDO DA QUESTÃO (1ª tópico): Defina o crime de contrabando (...). TEXTO DISSERTATIVO: De acordo com o Código Penal (CP), crime de contrabando é aquele em que se exporta ou importa mercadoria proibida (...). COMENTÁRIO 01: A definição de <i>crime de contrabando</i> foi exata e clara? Sim. Foi exatamente como está no Código Penal. COMANDO DA QUESTÃO (1ª tópico): (...) indique, em linhas gerais, as circunstâncias que integram esse tipo penal. TEXTO DISSERTATIVO: (...) quando, por exemplo, transporta-se clandestinamente mercadoria que precise de registro perante o órgão competente, ou ainda quem vende, mantém em depósito, recebe ou oculta mercadoria proibida pela lei brasileira, sujeitando o infrator à pena de reclusão de dois a cinco anos. COMENTÁRIO 02: Foram indicadas, em linhas gerais, algumas circunstâncias que integram (= são igualmente enquadradas como <i>contrabando</i>) o conceito de <i>crime de contrabando</i>: transporte clandestino de mercadoria pendente de registro no órgão competente; venda de mercadoria proibida pela lei brasileira; manutenção em depósito de mercadoria proibida pela lei brasileira, recebimento e ocultação de mercadoria proibida pela lei brasileira. Como o comando da questão falou apenas em <i>linhas gerais</i>, entende-se que não foi necessário falar de todas as circunstâncias que integram esse tipo penal, mesmo porque memorizar todos os dispositivos da lei, para depois escrever sobre eles, não deve ser nada fácil.
Objetividade	O parágrafo que escrevemos abordou diretamente o tema proposto, sem voltas e sem redundâncias. Foi definido <i>crime de contrabando</i> e foram indicadas, em linhas gerais, as circunstâncias que integram esse tipo penal. Não ficamos, por exemplo, expondo possíveis divergências doutrinárias sobre o crime de contrabando. Note que o comando da questão (1ª tópico) estabeleceu os contornos em que você deveria discorrer sobre o assunto. Esse é, portanto, o limite ao qual você deve se ater! Evite escrever além disso!
Coesão textual	TEXTO DISSERTATIVO: De acordo com o Código Penal (...). COMENTÁRIO 01: De acordo com é uma expressão adverbial com valor de conformidade. Assim, esse segmento estabelece um sequenciamento e uma referência. O sequenciamento ocorreu no desdobramento do próprio parágrafo, após o emprego da referida expressão adverbial, porque o texto progride/continua após o seu uso, de forma devidamente articulada (alguém falou em <i>amarração textual</i>?). Já a referência se dá com um elemento que se encontra fora do texto, que é o <i>Código Penal</i>, porque, no fim das contas, essa norma é o parâmetro para a prova discursiva em tela, muito embora o comando da questão não tenha citado essa lei de forma explícita (mas, na boa, nem precisava citar, né?).

Durante o curso vamos falar melhor sobre a coesão textual, abordando, entre outros tipos, a coesão sequencial, que é a parte desse assunto que melhor se encaixa naquela metáfora do joelho de PVC, que comentamos anteriormente. Pois bem, *De acordo com* é um exemplo de coesão sequencial!

TEXTO DISSERTATIVO: (...) crime de contrabando é aquele em que se exporta ou importa mercadoria proibida (...).

COMENTÁRIO 02: O pronome *Aquele* substituiu a expressão *crime de contrabando*, evitando, portanto, a repetição de elementos textuais. Guarde isto em mente: evitar a repetição de elementos textuais é a característica mais marcante da coesão! Por isso, nas aulas subsequentes vamos falar de maneira mais aprofundada sobre coesão referencial, assunto que cobre essa parte da disciplina.

TEXTO DISSERTATIVO: (...) ou ainda quem vende, mantém em depósito, recebe ou oculta mercadoria proibida pela lei brasileira (...).

COMENTÁRIO 03: A conjunção *ou ainda* possui, no texto, valor aditivo. Assim, ela contribui para a progressão articulada do texto (por acaso, você pensou em *amarração*?). Trata-se de um elemento de coesão sequencial, que vamos abordar melhor nas próximas aulas do curso.

Como foi aplicada para a Polícia Rodoviária Federal, talvez alguns aspectos ou detalhes devessem ter sido adicionalmente considerados nessa prova pela banca examinadora. Mas o principal objetivo aqui, falando novamente, é mostrar a aplicação dos conceitos estudados até agora na prática textual, beleza?

Vamos comentar o tópico seguinte:

**TEXTO DISSERTATIVO
(2º TÓPICO DA QUESTÃO)**

REFERÊNCIA

Segundo divulgado na grande mídia, o cigarro lidera a lista de produtos contrabandeados no Brasil, seguido de roupas e eletrônicos, tendo nas fronteiras com o Paraguai, a Bolívia e a Colômbia os principais acessos de cargas ilegais no território brasileiro.

Em muitos casos, a fiscalização tem dificuldade em rastrear os mandantes desse crime devido ao uso de "laranjas", cidadãos comuns que, por necessidade financeira, aceitam transportar essas mercadorias ilícitas.

LINK: <https://istoe.com.br/crime-sem-fronteiras>

LINK:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1596903-contrabando-leva-a-perdas-de-ate-r-100-bilhoes-por-ano-ao-pais.shtml>

LINK:

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/03/cigarro-e-item-mais-contrabandeado-no-brasil-aponta-pesquisa.html>

Novamente, vamos replicar a "lista de compras" e ver os conceitos aplicados ao segundo tópico da questão:

ITEM

COMENTÁRIO

Clareza

No texto elaborado, o comentário acerca das principais mercadorias/cargas contrabandeadas no Brasil ficou parecido com o conteúdo do texto-base da prova discursiva, de autoria de Enivaldo Pinto Pólvora. Portanto, considerou-se claro o comentário acerca das três principais mercadorias mais contrabandeadas, sua forma de acesso no país e da dificuldade da fiscalização em rastrear seu curso devido ao uso de 'laranjas' pelos mandantes desse crime; logo, houve compreensão plena e imediata desse conteúdo pelo leitor/examinador. Afinal de contas, trata-se de assunto bastante

	difundido na grande mídia, quer dizer, é um assunto de amplo conhecimento público, sendo, em resumo, um assunto de alta fluidez.
Precisão	Simplemente dissemos quais são as principais mercadorias e cargas contrabandeadas no Brasil (ver os <i>links</i> de referência) e a forma de acesso mais comum dessas mercadorias aqui dentro do território brasileiro, além do comentário relacionado à dificuldade da fiscalização em rastrear os mandantes desse crime, por causa do uso de 'laranjas'
Objetividade	Apesar de o comando da questão (2º tópico) ter falado <i>comente</i> , é preciso ter cuidado para não perder a objetividade. Por isso mesmo, apenas comentamos quais são as principais mercadorias contrabandeadas no Brasil e a forma de acesso mais recorrente dessas no país pelas fronteiras com Paraguai, Bolívia e Colômbia, bem como do uso dos 'laranjas', o que dificulta o trabalho da fiscalização. Nesse sentido, ao menos para esse parágrafo, <i>objetividade</i> e <i>precisão</i> foram atributos coincidentes (tá vendo como não é fácil extrair, de modo individualizado, os conceitos teóricos de um texto dissertativo?)
Coesão textual	TEXTO DISSERTATIVO: Segundo divulgado na grande mídia (...). COMENTÁRIO 01: Segundo, no texto, funciona como adjunto adverbial de conformidade, representando, assim, mais um articulador textual (joelho de PVC!), que contribui para a progressão do texto. TEXTO DISSERTATIVO: (...) no Brasil, seguido de roupas e eletrônicos, tendo nas fronteiras com o Paraguai, a Bolívia e a Colômbia os principais acessos de cargas ilegais no território brasileiro. COMENTÁRIO 02: A expressão <i>no território brasileiro</i> substitui a expressão <i>no Brasil</i>, anteriormente citada. Trata-se de um elemento de coesão lexical, como vamos ver melhor mais à frente no curso. A capacidade de evitar a repetição de elementos textuais é, sem dúvida, a característica mais marcante da coesão!

Então, terceiro tópico:

**TEXTO DISSERTATIVO
(3º TÓPICO DA QUESTÃO)**

REFERÊNCIA

<i>Infelizmente, continua entrando mercadoria clandestina no país, trazendo prejuízos para a economia nacional e para a saúde pública. No caso do cigarro ilegal, além de não ter registro no Ministério da Saúde para rotulagem dos níveis aceitáveis de substâncias tóxicas, o país deixa de arrecadar tributos. Pior do que isso, o dinheiro obtido desse comércio negro pode estar financiando o tráfico de drogas e de armas, fortalecendo o crime organizado.</i>	LINK: https://istoe.com.br/crime-sem-fronteiras LINK: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1596903-contrabando-leva-a-perdas-de-ate-r-100-bilhoes-por-ano-ao-pais.shtml LINK: http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/03/cigarro-e-item-mais-contrabandeado-no-brasil-aponta-pesquisa.html
---	--

"Lista de compras" referente ao terceiro tópico:

ITEM	COMENTÁRIO
Clareza	COMANDO DA QUESTÃO (3º tópico): <i>explane a respeito dos problemas decorrentes do contrabando de mercadorias e cargas para a economia nacional (...)</i> TEXTO DISSERTATIVO: (...) trazendo prejuízos para a economia nacional (...). No caso do cigarro ilegal (...), o país deixa de arrecadar tributos. COMENTÁRIO 01: Ficou clara a explanação de que o contrabando de mercadorias/cargas traz prejuízos para a economia nacional, a exemplo do cigarro (ilegal), que não arrecada tributos para o país? Noutras palavras, a compreensão desse tópico foi plena e imediata?

	COMANDO DA QUESTÃO (3ª tópico): <i>explane a respeito dos problemas decorrentes do contrabando de mercadorias e cargas para a (...) saúde pública (...).</i> TEXTO DISSERTATIVO: (...) trazendo prejuízos para a (...) saúde pública. No caso do cigarro ilegal, além de não ter registro no Ministério da Saúde para rotulagem dos níveis aceitáveis de substâncias tóxicas (...) COMENTÁRIO 02: Ficou clara a explanação de que o contrabando de mercadorias/cargas traz prejuízos para a saúde pública, a exemplo do cigarro (ilegal), que não é registrado no Ministério da Saúde para rotulagem dos níveis aceitáveis de substâncias tóxicas? Aproveitemos para rever o primeiro parágrafo da dissertação, onde há uma tipificação que serve de referência ao caso em tela (cigarro ilegal): (...) <i>quando, por exemplo, transporta-se clandestinamente mercadoria que precise de registro perante o órgão competente (...).</i> Note que o cigarro sem registro no Ministério da Saúde se encaixa exatamente nessa situação penal. A isso chamamos de gancho textual, que também vamos abordar melhor durante o curso.
Precisão	Explanamos com clareza e exatidão alguns dos problemas decorrentes do contrabando de mercadorias e cargas para a economia nacional e para a saúde pública. Foram eles: 1) não arrecadação de tributos; 2) não rotulagem dos níveis aceitáveis de substâncias tóxicas do cigarro; 3) financiamento do tráfico de armas e drogas (crime organizado) Poderíamos ter explanado mais sobre o assunto? Sim, mas com isso o texto poderia ficar muito grande e exceder o limite máximo de linhas. Por isso, fique tranquilo, porque o examinador leva esse aspecto em consideração na hora de corrigir sua prova.
Objetividade	Abordamos diretamente o assunto solicitado. Explanamos os problemas do contrabando para a economia nacional e para a saúde pública. Não ficamos, por exemplo, divagando no assunto, apresentando pontos de vista distintos sobre esse problema. Simplesmente respondemos no limite do comando da questão. Só acrescentamos a questão do financiamento do tráfico de drogas e armas porque, indiretamente, isso também influencia (negativamente) a economia nacional e a saúde pública. Atente-se para uma marca característica do texto dissertativo-argumentativo presente nesse parágrafo (vamos falar mais sobre isso nas próximas aulas do curso): o advérbio 'infelizmente'. Ele evidencia sua opinião acerca do tema! Quer dizer, esse advérbio mostra que você não concorda com o contrabando de mercadorias/cargas e posiciona você a favor da legalidade e das ações condizentes com o poder público, no caso, de PRF (assim se espera, né? Por favor!).
Coesão textual	Nesse caso, para não ser repetitivo, vamos destacar apenas um elemento de coesão presente nesse parágrafo, que foi <i>Pior do que isso (...)</i>. O pronome <i>isso</i> retoma a afirmação apontada no período anterior: (...). <i>No caso do cigarro ilegal, além de não ter registro no Ministério da Saúde para rotulagem dos níveis aceitáveis de substâncias tóxicas, o país deixa de arrecadar tributos.</i> Trata-se de um elemento que estabelece, ao mesmo tempo, um elo e um sequenciamento para o texto, pois conectou o período anterior ao período subsequente – iniciado pela expressão <i>Pior do que isso</i>, bem como contribuiu para a progressão articulada do texto.

Agora, o último tópico:

**TEXTO DISSERTATIVO
(4ª TÓPICO DA QUESTÃO)**

REFERÊNCIA

Reforço da segurança nas fronteiras, com parcerias policiais entre os órgãos competentes dos

LINK: <https://istoe.com.br/crime-sem-fronteiras>

países envolvidos e intensificação dos serviços de inteligência são algumas das medidas de combate ao contrabando de cargas e mercadorias. Aliado a isso, uma revisão – para menor – da carga tributária poderia desestimular essas atividades ilícitas, favorecendo o trabalho das forças públicas.

LINK:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1596903-contrabando-leva-a-perdas-de-ate-r-100-bilhoes-por-ano-ao-pais.shtml>

LINK:

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/03/cigarro-e-item-mais-contrabandeado-no-brasil-aponta-pesquisa.html>

Para não tornar o comentário repetitivo, vamos tecer breves considerações acerca do último tópico de maneira menos sistemática. **Observe que o quarto tópico da questão pede basicamente uma solução para o contrabando**, o que é uma característica padrão de textos dissertativos argumentativos, que vamos trabalhar durante o curso. **Note que não é uma solução milagrosa nem algo impossível de ser realizado**. É uma ação palpável, que está ao alcance do Poder Público: trabalho de parceria entre as forças policiais e ampliação do serviço de inteligência dos países envolvidos. Além disso, uma revisão na carga tributária – para menor – desestimularia o contrabando de mercadorias, porque a lógica do comércio ilegal é a vantagem financeira.

Veja, então, que **o texto foi escrito seguindo a sequência dos tópicos discursivos da prova, respondidos no limite da pergunta**, procurando atender os atributos estudados nesta aula: clareza, precisão, objetividade e coesão textual. A rigor, como já havia sido dito antes, você possui essas habilidades de modo inato em você. O que estamos fazendo aqui é procurar tornar esse processo consciente para você, porque isso lhe traz segurança na hora da prova. **Afinal, numa prova discursiva, o equilíbrio emocional exerce grande influência na sua nota final**.

Possível solução

Agora é a hora da verdade, né? **Com quantas linhas ficaria o texto definitivo que escrevemos? Projetando o texto para o tamanho real, teríamos algo próximo de trinta linhas, portanto, respeitando o limite máximo**. Veja (atente-se ao recuo de parágrafo):

De acordo com o Código Penal (CP), crime de contrabando é aquele em que se exporta ou importa mercadoria proibida, quando, por exemplo, transporta-se clandestinamente mercadoria que precise de registro perante o órgão competente, ou ainda quem vende, mantém em depósito, recebe ou oculta mercadoria proibida pela lei brasileira, sujeitando o infrator à pena de reclusão de dois a cinco anos.

Segundo divulgado na grande mídia, o cigarro lidera a lista de produtos contrabandeados no Brasil, seguido de roupas e eletrônicos, tendo nas fronteiras com o Paraguai, a Bolívia e a Colômbia os principais acessos de cargas ilegais no território brasileiro.

Em muitos casos, a fiscalização tem dificuldade em rastrear os mandantes desse crime devido ao uso de "laranjas", cidadãos comuns que, por necessidade financeira, aceitam transportar essas mercadorias ilícitas.

Infelizmente, continua entrando mercadoria clandestina no país, trazendo prejuízos para a economia nacional e para a saúde pública. No caso do cigarro ilegal, além de não ter registro no Ministério da Saúde para rotulagem dos níveis aceitáveis de substâncias tóxicas, o país deixa de arrecadar tributos. Pior do que isso, o dinheiro obtido desse comércio negro pode estar financiando o tráfico de drogas e de armas, fortalecendo o crime organizado.

Reforço da segurança nas fronteiras, com parcerias policiais entre os órgãos competentes dos países envolvidos e intensificação dos serviços de inteligência são algumas das medidas de combate ao contrabando de cargas e mercadorias. Aliado a isso, uma revisão – para menor – da carga tributária poderia desestimular essas atividades ilícitas, favorecendo o trabalho das forças públicas.

Ao longo do curso vamos trabalhar novos conceitos e aprofundar outros relacionados à matéria. **Certamente, esta preparação vai fazer você dar uma guinada sem precedentes na sua trajetória rumo ao serviço público! Lembre-se: a única diferença entre nós é o tempo. Num passado recente eu também estava aí do outro lado**, ralando para passar em um concurso público. Logo mais vai chegar a sua vez. A fila anda!

Não deixe de praticar, redigindo algumas peças durante sua preparação, observando tudo o que aprendermos em nosso curso. **Para auxiliar você também nessa parte é que preparamos este CURSO DE DISCURSIVAS COM CORREÇÃO**. Nessa modalidade, além de todo o conteúdo teórico, o aluno também vai fazer três redações que serão corrigidas pelo professor ("euzinho" de novo). **É aqui que está a grande sacada. Meu papel será orientar você sobre como corrigir cada um dos seus erros, além de lhe mostrar seus acertos, de forma personalizada e orientada para superação das suas dificuldades!!**

Espero que tenha gostado. Nos vemos na aula 01. Grande abraço!

Bons estudos!

Prof. Marcos Neiva.